



ATA Nº 4/2016

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, procedendo-se à respetiva substituição. Foi também justificada a falta do Deputado Municipal Rui Miguel da Costa e Silva, não se procedendo a substituição por impossibilidade de convocatória. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (29 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 3/2016 referente à sessão ordinária de 25 de junho. -----

----- Aprovada a ata n.º 3/2016 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 23 votos a favor, não participando na votação, por não terem estado presentes na anterior sessão, os Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, Filipe Montez Coelho Madeira, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Hugo Rafael Nogueira Feitor e Raúl Alexandre Cardoso Bouzada e Pinto (29 presenças). -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----



----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços da Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, deu conhecimento de uma proposta de Voto de Louvor apresentada pelo MICRM (anexo 3) aos atletas que participaram nos jogos olímpicos 2016, dando também desde logo conhecimento que todos os membros da Assembleia Municipal se associavam ao mesmo e, não havendo oposição, passaria a ser um Voto de Louvor da Assembleia Municipal de Rio Maior com pequenas alterações introduzidas ao texto, lendo a versão final (anexo 4), que por todos foi aceite e que será votada após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões -----

----- Deputado José Casimiro Fróis Ferreira -----

----- Deputada Vera Alexandra Costa Simões -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio com o único objetivo de chamar à atenção para a necessidade de ser garantida a limpeza de bermas e valetas não só na cidade mas por todo o concelho, já que percorrendo as freguesias rurais se vê muitas vezes, nas estradas de ligação, canas que tapam os sinais de trânsito e que obrigam a mudanças de direção que colocam em risco a segurança rodoviária. Referiu também que a recolha de lixo nas zonas rurais uma vez por semana é muito pouco e a lavagem dos contentores praticamente não existe, salientando que os munícipes das zonas rurais pagam o mesmo que os da cidade, criando injustiças e desigualdades entre os mesmos, reforçando que a limpeza, o alindamento, o corte das ervas e caniçais no espaço urbano são problemas públicos e de segurança, é por isso que a administração central e a autárquica arrecadam os impostos de todos. Reivindicou, por isso, um Rio Maior mais limpo, mais seguro e mais bonito. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir às Marinhas do Sal e ao interesse elevadíssimo que têm para o concelho, questionando qual o ponto de situação do Plano de Pormenor para a zona, nomeadamente se vai existir algumas alternativas de acessos e estacionamento. -----

----- De seguida questionou acerca das matérias tratadas nas várias reuniões que foram realizadas com a Sibelco Portuguesa, nomeadamente no que respeita à ligação da Azinheira à Estrada Nacional 114 (EN 114), se há algum traçado e qual a sua localização. -----

----- Falou ainda acerca da venda dos terrenos localizados entre a Azinheira e a Zona Industrial, dizendo que a venda foi efetuada e se nessa sequência a câmara prevê algum investimento para benefício ou desenvolvimento da povoação de Azinheira, já que foram os locais que cederam os terrenos que foram agora vendidos. Acrescentou que essa cedência foi efetuada no pressuposto de ser para uma obra social, que nunca chegou a ser concretizada, e que nesse sentido seria da mais elementar justiça que fosse feito algum investimento no local com a verba arrecadada. Disse ainda que a Azinheira tem sido sacrificada, assim como o Bairro da Chainça, com a atividade dos areeiros, como foi já falado e continuará a ser e que, em seu entender, a Azinheira



teria prioridade numa obra, designadamente uma ciclovía para que as pessoas que ali circulam o possam fazer em segurança, já que naquela estrada não existe nem iluminação nem condições de circulação pedestre. -----

----- Por último endereçou os parabéns ao Executivo Municipal, nomeadamente ao Vereador responsável pela área das feiras, por ter conseguido tirar a Frimor da estagnação que se encontrava e ter vindo, ano após anos, a ser revitalizada e inovadora, esperando que este caminho se mantenha. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que brevemente faz uma década que foi assumido pela autarquia, pelo Instituto de Estradas de Portugal e pelo Governo a requalificação da EN 114, da rotunda da A15 ao Gato Preto, e que até hoje não foi concretizada. Lembrou que se aproxima mais um inverno e a segurança rodoviária, em especial para aqueles que lá vivem e trabalham, é um problema grave, interrogando como é possível que, em pleno século XXI, uma estrada nacional, à entrada de uma cidade, não ter condições adequadas à sua utilização a circulação, como sejam valetas, separadores, escoamento de águas pluviais, etc. -----

----- De seguida questionou se para além da atribuição de numeração de polícia à sua aldeia, já foi atribuída a numeração regulamentar a outros locais como Vale da Laranja, Caniceira, Várzea e Marinhas do Sal. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para elogiar a atitude do Executivo Municipal para com as Juntas de Freguesia explicando, desde logo, que os últimos anos foram um período difícil em termos financeiros para as autarquias e que sempre foi pedido às juntas, pelo município, algum sacrifício, capacidade de compreensão e que partilhassem das dificuldades contras as quais lutou. Afirmou que é com muito agrado que agora se constata que o município cumpre o que foi combinado com os presidentes de junta no início do ano de 2016, fazendo o que há muitos anos era pedido, ou seja, o pagamento em duodécimos, ou várias tranches, dos valores correspondentes à delegação de competências. Informou ainda que as freguesias vão receber o valor total até ao fim do ano corrente, ainda antes do limite que o executivo tinha definido com os presidentes de junta, querendo isto dizer que o Executivo Municipal teve nas



freguesias, em todas as alturas, parceiros de trabalho. Por fim, disse que em face desta situação lhe resta endereçar os parabéns e agradecimentos pelo cumprimento integral daquilo com que o Executivo Municipal se comprometeu com as freguesias, bem como a agradável surpresa de serem transferidos os valores antes do prazo limite acordado entre as partes. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para demonstrar a revolta e indignação da população da Freguesia da Asseiceira relativamente ao corte do acesso da antiga Estrada Nacional 1 (EN 1) ao Itinerário Complementar 2 (IC 2) nos dois sentidos, obrigando todo o trânsito a circular por dentro da freguesia. Afirmou que se voltou aos dias difíceis, em especial quando o IC 2 está cortado devido a acidentes ou outros constrangimentos, e que as filas são constantes dentro da própria freguesia. Disse que gostaria de ser informado das diligências efetuadas e da data de resolução da situação, esperando que a Freguesia de Asseiceira não volte ao passado no que se refere a acidentes e revolta. -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Questionou o executivo acerca da política florestal, qual a sua posição e diretrizes relativamente à plantação de grandes eucaliptais, nomeadamente o eucaliptal próximo da Quinta do Penegral que se localiza nos terrenos superiores à nascente de água de Arruda dos Pisões, já que tem informação que as cotas para este tipo de plantação já se encontravam esgotadas. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se à Frimor 2016 disse que, em seu entender, foi um êxito no que respeita ao número de visitantes e à venda da totalidade da cebola disponibilizada e sobretudo pela inovação com a introdução dos espaços para a promoção da carne de porco e das aves, sendo um estímulo para os produtores deste tipo de carnes do concelho de Rio Maior e que beneficiou também as associações do concelho que dela fizeram parte. Concluiu dizendo que a Frimor 2016 no seu todo ultrapassou todas as expectativas e, por isso, endereçou os parabéns a todo o executivo municipal na



pessoa da Presidente da Câmara e em particular ao Vereador João António Lopes Cadoso, responsável pela área, e também ao responsável técnico, Armando Monteiro, pela disponibilidade, simpatia e boa disposição. -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por fazer uma pequena justificação sobre a sua ausência nas sessões anteriores, explicando que se tratou de um constrangimento fiscal por exercer funções no Tribunal de Rio Maior como oficial de justiça e, como tal, está impedido de acumular vencimentos e como as senhas de presença nas sessões da Assembleia Municipal são pagas como vencimento e que a única forma que arranjou para conseguir cumprir o mandato em representação da sua freguesia foi renunciando às senhas de presença, o que deixou declarado desde logo. -----

----- De seguida deixou, para reflexão de todos, os resultados financeiros que a Câmara Municipal tem conseguido principalmente naquilo que é a dívida acumulada do município. Disse que quando a atual Presidente iniciou funções a dívida era de aproximadamente 26 milhões de euros e que neste momento a dívida acumulada é de cerca de 13,5 milhões de euros. Afirmou que para muitos este dado pode não ser significativo mas, em sua opinião, muita da atividade da Câmara, da melhoria dos resultados e da capacidade de investimentos futuros resultam exatamente dessa diminuição do endividamento. Acrescentou ainda que os juros à banca levam grande parte do orçamento municipal e o facto de haver algum alívio permite o desenvolvimento de outro tipo de investimentos, nomeadamente o pagamento a fornecedores e às juntas de freguesia, confirmado com a possibilidade de a Câmara, este ano, conseguir pagar até 31 de dezembro a totalidade das delegações de competências. Adiantou ainda que, desta forma, se pode perspetivar que no próximo ano poderá haver também um alívio nas reduções recentes do valor das transferências para as freguesias. Sobre essa redução, considerou que essa foi a contribuição das freguesias para a melhoria das contas da Câmara e acredita que realmente, agora, se conseguirá beneficiar dessa diminuição do endividamento da câmara. -----

----- Por fim endereçou ainda os parabéns à Câmara por realizações que tem feito no concelho e pela Frimor que, em seu entender, é atualmente uma feira consolidada e com perspetivas de crescimento. Referiu-se ainda ao grande prémio de atletismo que



decorreu nas freguesias, afirmando que é um evento que está para durar, que dá muito movimento às freguesias que o realizam, dando, por isso, os parabéns à Freguesia de São Sebastião que pela primeira terá a sua prova de atletismo. -----

----- **Deputado José Casimiro Fróis Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para fazer uma chamada de atenção ao executivo municipal para duas situações que se passam nas Salinas e que urge resolver e fazer obra, sendo elas um passadiço em madeira que está num estado avançado de degradação e que pode vir a resultar em algum acidente e a outra diz respeito aos leitores de comunicação colocados no âmbito do projeto EcoSal Atlantis e que estão agora ilegíveis, devendo optar-se pela sua recuperação ou por serem retirados. -----

----- **Deputada Vera Alexandra Costa Simões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se à abertura do ano letivo e à educação disse que o Ministro da Educação esteve presente na sede do agrupamento escolar Fernando Casimiro Pereira da Silva onde presidiu à cerimónia oficial nacional de abertura do ano letivo 2016/2017. Afirmou que a educação é um dos fortes pilares para o desenvolvimento de uma sociedade mais forte e mais capaz e considerou que para se fazer uma eficaz análise à situação atual da situação da educação em Portugal julga ser necessário atender a quatro vetores essenciais, por um lado os alunos e a escola e por outro os pais e a sociedade. Continuou dizendo que através da educação pretende-se que o ser humano se adapte ao meio ambiente criando condições para aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, valores e atitudes favoráveis a essa adaptação, e que deve reconhecer-se que o problema atual da educação, das crianças e dos jovens é também um problema de toda a sociedade. Deu conta da estratégia governamental centrada na evolução desde o pré-escolar, no trabalho das escolas na função de ensinar com tempo e com exigência e no cumprimento da escolaridade obrigatória de doze anos, dotando-a de mais sentido ao propor através de um debate alargado a criação de um perfil que indique a quem ensina e a quem aprende que competências, saberes e atitudes deve dotar a escola de quem a frequenta. Considera que a promoção do sucesso escolar em Portugal não pode descansar um minuto que seja enquanto as taxas de retenção triplicam a média do OCDE, nem enquanto a taxa de



abandono escolar precoce não for inferior aos 10%, sendo este um compromisso do governo também a nível internacional e para os quais a escolaridade obrigatória de doze anos se apresenta como instrumento fundamental e que, para isso, uma das preocupações do governo prende-se com a criação de um programa nacional para a promoção do sucesso escolar através do envolvimento de toda a comunidade educativa permitindo a cada escola conceber uma estratégia individualizada que melhore as aprendizagens dos seus alunos num contexto que é o seu e não o de outro. Referindo-se ao ensino superior disse também que várias são as estratégias realizadas para o desenvolvimento de uma comunidade científica e profissional mais capaz para dar respostas às necessidades reais do tecido empresarial e das suas profissões e, num olhar mais particular sobre a nossa realidade, indicou a Escola Superior de Desporto de Rio Maior que se tem posicionado nesse sentido, sendo principal indicador o elevado número de estudantes que se candidataram aos cursos ministrados por esta instituição de ensino superior neste ano, preenchendo grande percentagem das vagas na 1ª fase e prevendo-se que sejam preenchidas na totalidade na 2ª fase. Considerou que esta é uma situação que deve orgulhar todos os riomaiorenses e que é também fruto da forma como a nossa comunidade tão bem recebe e apoia os cerca de mil alunos que ali estudam. Afirmou que esta ideia que já vem desde 1998 de estudar desporto numa cidade que também é do desporto é um dos caminhos para a continuidade deste sucesso académico. -----

----- Terminou com uma saudação muito especial para todas as escolas da cidade e do concelho com votos de um excelente ano letivo que agora se inicia. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Prescindiu da intervenção. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra, conforme documento entregue pela Deputada municipal: -----

----- “O novo ano letivo já decorre há cerca de duas semanas e não se registam quaisquer situações anómalas. -----



----- A Escola Profissional está a funcionar normalmente, com os seus 295 alunos e as suas 12 turmas. -----

----- No Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal de Rio Maior os professores estão todos colocados e devido à alteração da duração das aulas, que passou de 45 para 50 minutos, está-se a proceder a ajustes para ultrapassar dificuldades relacionadas com os horários dos transportes da Rodoviária. -----

----- Relativamente ao Agrupamento Fernando Casimiro Pereira da Silva teve um início de ano letivo diferente: este ano contou com a presença do Sr. Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, e os seus dois secretários de Estado, João Costa e Alexandra Leitão, que escolheram esta nossa Escola do Concelho para assinalar o início do ano letivo no país. -----

----- A cerimónia decorreu na manhã do dia, 9 de setembro, e contou ainda com a presença do Diretor do Agrupamento Fernando Casimiro Pereira da Silva, da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, dos vereadores, diretores das restantes escolas, representantes de várias entidades, professores, alunos e muitos encarregados de educação. Esta visita foi importante não só para o Agrupamento mas também para todas as escolas do concelho, pois permitiu que os governantes pudessem contactar, de perto, com a nossa realidade. -----

----- Relativamente à escola secundária, os professores estão todos colocados, à exceção do professor de Educação Moral e Religiosa Católica e registou-se um aumento de 60 alunos neste ano letivo. De acordo com os resultados obtidos nos exames, a nossa escola ficará bem colocada a nível nacional. Na colocação de alunos no ensino superior na 1ª fase, foram colocados 102 alunos, sendo que cerca de 80% foram colocados na sua 1ª opção. -----

----- A nossa escola secundária é uma das quatro escolas portuguesas onde teve início este ano um projeto-piloto, o UAARE - Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, cujo objetivo é apoiar alunos que são atletas de alto rendimento, nomeadamente com uma gestão flexível de currículos. Esta iniciativa, em todo o país, abrange 12 modalidades e 57 estudantes. -----

----- Compatibilizar uma carreira desportiva de excelência com o sucesso escolar é a missão desta ação nos quatro estabelecimentos de ensino do país. Na prática, cada UAARE terá um “professor acompanhante”, responsável por um diagnóstico sobre a situação de cada aluno-atleta e pela definição e implementação de um programa



pedagógico específico para cada caso, estando esse trabalho confiado, no caso de Rio Maior, ao Prof. Luís Deus. -----

----- Na escola secundária vai funcionar o Centro Qualifica, que veio substituir o CQEP. Este centro vai pedir a colaboração das Juntas de Freguesia, à semelhança do que já aconteceu no passado com o Centro de Novas Oportunidades. -----

----- A Universidade Sénior também vai iniciar o seu ano letivo no próximo dia 10 de outubro, tendo começado o período de matrículas no dia 19 de setembro e registando-se até à data 206 matrículas, uma média de 41 matrículas por dia. -----

----- No dia 7 de outubro vai realizar-se a sessão solene de abertura do 10º ano letivo e para assinalar esta data, para além da sessão solene, este ano teremos um programa diferente do qual consta uma missa e um jantar convívio. O núcleo coordenador enviará, durante esta semana, os convites aos srs. deputados municipais e aos senhores vereadores, para que possam participar. Agradece-se desde já a confirmação da participação nas várias atividades, para que possamos efetuar as reservas atempadamente. É importante que continuemos a dar o nosso apoio a este projeto, que tão importante tem sido para os seniores do nosso concelho.” -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Relembrou que a Frimor comemorou este ano 266 anos ininterruptos e que se têm vindo tentar reinventar e revitalizar para ganhar a importância que já teve em tempos idos. No entanto, disse não poder deixar de dizer e lamentar, que à entrada do certame estivesse patente uma exposição que supostamente pretendia ser um contributo para a história de Rio maior mas que, em seu entender, resultou na prática em nada mais que uma visão sectária, ideologicamente comprometida com os valores mais retrógrados da democracia, sendo apresentada a versão dos factos de alguns caciques do tempo. Considerou que uma exposição tal como esta foi apresentada nada de positivo pode trazer à democracia e ao concelho e que apenas pode servir o interesse de alguns em acertar contas com os valores do 25 de Abril que continuam a incomodar muita gente. Considera que o 13 de julho de 1975 marca uma ação concertada, preparada por forças de direita contra os comunistas assente em mentiras e na manipulação das populações, despolitizadas ao tempo, e na criação de equipas de terror e medo que atuavam no concelho e data em que foram destruídas as sedes do PCP e da FCP e levadas a cabo outras campanhas intimidadoras e de terror. Afirmou que ao longo de décadas o PCP e a CDU têm vindo a praticar um espírito de



tolerância, de democracia e respeito pela diferença e pela liberdade, lutando firmemente pelos seus ideais, reconhecendo que há sempre erros entre partes que se opõem entre si, mas andar 40 anos para trás é um retrocesso democrático, ético e civilizacional. Disse que é tempo de se acabar com o azedume de alguns para com a democracia e para reflexão de alguns pais e avós quanto aos valores que transmitem às novas gerações contou a história da moca lendo o extrato de uma reportagem jornalística da época (1976). Terminou dizendo para não se deve brincar com a história e que devem ser assumidas práticas políticas de unidade, convergência e democracia, para bem de todos e em particular das populações que os elegeram. -----

----- De seguida questionou o executivo municipal quando é que será efetuada a ligação entre a parte nova e o depósito antigo na Vila da Marmeleira. -----

----- Por fim deixou o alerta que existem alguns problemas com o transporte das crianças no circuito de Azambujeira/São João da Ribeira/Cabeça Gorda/Vale Barco/Rio Maior porque a partir de Vale Barco cerca de cinco crianças com menos de nove anos têm que fazer a viagem em pé no autocarro e também porque por vezes há a supressão de um dos circuitos, o que faz com que as crianças andem cerca de uma hora e meia de autocarro. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse estar plenamente de acordo com a afirmação de que há aspetos da história que por vezes se querem branquear e que isso acontece em todos os lados. Indicou que desconhece a situação relatada e que considera que não vale a pena, atualmente, criar situações provocatórias e a recuperar incidentes históricos menos felizes. Reafirmou que a história não pode branqueada por nenhuma das partes e que acredita que o Partido Comunista hoje, pelo menos daquilo que reconhece dos membros do Partido Comunista de Rio Maior, seja tolerante e democrata, embora tenha as maiores reservas que isso seja extensível aos líderes nacionais. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que o passado e a história trazem sempre lições importantes mas um feriado municipal deve ser um dia de união entre os riomaiorenses e considera que foi dado há uns anos atrás um bom passo nesse sentido passando o feriado municipal para 6 de novembro, dia da elevação de Rio Maior a concelho em 1836, revelando um bom momento de união e convergência dos riomaiorenses e que é esse o papel que o Partido Socialista quer ter, teve no passado e quer ter no futuro.--



----- Questionou de seguida acerca do Portugal 2020 e sabendo que há um conjunto de projetos que já foram apresentados em termos estratégicos qual o ponto de situação em termos concretos de candidaturas e como estão a decorrer. -----

----- Relativamente à revisão do PDM solicitou que lhe fosse informado em que ponto está o processo de revisão. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Acerca da discussão anterior sobre a história apenas fez notar que a intervenção só demonstra que o Partido Comunista tem um passado mal resolvido que deve tentar resolver, dizendo ainda que no passado, assim como no futuro, haverão situações que não agradará a todos e que sejam incómodas para alguns, mas que devem ser resolvidas e ultrapassadas. -----

----- Relativamente à Frimor acrescentou a tudo o que foi dito que este certame cumpriu as expectativas e que esta feira se tem vindo a recriar e a revitalizar fruto de um trabalho deste executivo em promover e fortalecer o mesmo e que muitos davam como acabado. -----

----- Acerca do voto apresentado disse que tinha também a intenção de intervir nesse sentido parabenizando os atletas e todos os membros das equipas e que desta forma a bancada da Coligação irá votar favoravelmente requerendo que seja comunicado também ao Comité Olímpico e a todos os que se empenham para esse fim. Terminou agradecendo, em seu nome e da bancada a CJF, a todos os que dão nome a Rio Maior no panorama nacional e internacional no que ao desporto diz respeito. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar a palavra à Presidente da Câmara para esclarecimentos, deu conhecimento de um convite que foi endereçado ao próprio e extensível a todos os membros da Assembleia Municipal (anexo 5). -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes e justificou a ausência do Vice-Presidente por se encontrar de férias. Acrescentou ainda que se em relação a alguma das questões colocadas não estiver na posse das informações necessárias que as mesmas lhes serão posteriormente respondidas pessoalmente ou por escrito. -----



----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Limpeza e manutenção de vias e recolha de resíduos: Disse ter registado a situação. -----

----- Plano de Pormenor e Salvaguarda das Marinhas do Sal: Informou que a empresa que o está a elaborar fez, na passada semana, uma breve apresentação e um ponto de situação, uma vez que estão aprovados os termos de referência que estiveram em consulta pública com um alargamento da área de intervenção e do prazo de elaboração. Confirmou que se prevê a existência de um novo arruamento e estacionamento mas que, para já, não está consolidada nenhuma proposta porque esta dependerá sempre da concordância de várias entidades e particularmente com o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros (PNSAC). -----

----- Reuniões com a Sibelco, traçado da Estrada de ligação entre a Azinheira e a EN 114, hasta pública dos terrenos da Azinheira e construção de ciclovia: Esclareceu que as reuniões havidas foram efetivamente sobre o traçado em causa mas que não possui, no momento, informações precisas acerca das mesmas já que estas foram acompanhadas pelo Vice-Presidente e que, em face disso, prestará as informações solicitadas posteriormente em momento a combinar. Relativamente à venda dos terrenos disse que foram adquiridos em hasta pública por quem fez a melhor proposta e no que respeita à ciclovia Rio Maior/Azinheira admitiu que se trata de uma via bastante perigosa mas trata-se de uma obra que obriga a negociações, que por si só são demoradas, e que será englobado num grupo de propostas de ciclovias prioritárias a efetuar. -----

----- Requalificação da Estrada Nacional 114 e IC2: Informou, mais uma vez, que relativamente à EN 114 que foi assinado em 2009 um protocolo entre a Câmara Municipal, a então Estradas de Portugal (agora Infraestruturas de Portugal) e o Secretário de Estado das Infraestruturas. Informou que foram feitos contactos e trocada correspondência sobre o assunto e que a última comunicação foi um ofício, extenso, enviado ao Ministro das Infraestruturas no dia 25 de julho, para audiência ao qual se aguarda resposta. No que se refere ao IC 2 disse ser uma situação que a todos tem preocupado e será também abordado na audiência pedida. -----

----- Freguesias: Deu conhecimento que na reunião que teve com os presidentes de junta partilhou a situação mais sustentável do município e agradeceu reconhecendo a capacidade que tiveram em compreender a situação difícil em que a câmara municipal



se encontrava e afirmou, com agrado, que atualmente existem condições para proceder ao pagamento das delegações de competências. Demonstrou o seu orgulho no equilíbrio financeiro que se tem vindo a conseguir desde que foram assumidas funções, passando de uma dívida de 26 milhões de euros em 2009 para 13,5 milhões de euros em 2016, o que equivale a 52%. Disse ainda que durante este período a câmara contribuiu com 1 milhão de euros para a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, investiu em cinco modernos centros escolares no âmbito do quadro comunitário 2007/2014, estando a preparar-se o sexto no âmbito do Portugal 2020, continuou-se a investir em acessos e vias no concelho, continuou a substituir o Estado Central no que respeita à saúde, à educação e à ação social, entre outras. Considerou que a obrigatoriedade do pagamento da dívida não levou à ausência de investimento e durante estes anos a câmara continuou a apoiar, fazer e a investir no crescimento do concelho e das instituições. -----

----- Área florestal: Disse que a informação que tem é que a Quinta dos Penegrais cumpre com o estipulado nos instrumentos de ordenamento do território sabendo que, de acordo com a nova legislação, as câmaras deixaram de dar parecer a menos que o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) os peça. Disse ainda, embora sem confirmação e segundo informação dada, que a situação das cotas se encontra suspensa.-----

-----Salinas: Registou a situação do passadiço e dos leitores dizendo que era já do conhecimento da câmara a necessidade de proceder ao arranjo destes equipamentos.-----

----- Exposição na FRIMOR: Acerca da intervenção sobre este assunto iniciou por dizer que a deputada parte de um princípio errado, é achar que só os comunistas é que são democratas. Realçou que a Frimor é também um espaço de liberdade e que a exposição retrata muitos outros acontecimentos para além daquele que foi referido, comparando-a até com a exposição que está patente na Biblioteca Municipal alusiva ao Dia Mundial da Paz, onde é feita a reconstrução de muitos acontecimentos desde há quarenta anos para cá. -----

----- Projetos: Circuito da Água – obras em depósitos: Acerca desta e outras candidaturas informou que o projeto da Escola da Asseiceira está feito e submetido a candidatura, a rede de água da Vila da Marmeleira informou que dia 28 de setembro serão terminados os trabalhos de programação informática e feito o arranque do sistema, assim como foi adjudicado e feito o arranque de várias das estações



elevatórias do concelho no dia 20 de setembro e ainda que a telegestão de água do norte do concelho está adjudicada e estão a ser colocados os respetivos quadros elétricos. -----

----- Limpeza das linhas de água na Ribeira de São Gregório: Informou que o processo está a decorrer, foram pedidas propostas que foram todas acima do preço base procedendo-se à abertura de novo procedimento que está a decorrer. -----

----- Incêndios na Vila da Marmeleira: Esclareceu que foi solicitada informação acerca do funcionamento das bocas-de-incêndio no local nas datas dos incêndios que ocorreram naquela freguesia e ainda se em algum momento houve falta de água para combate ao incêndio, ao qual foi respondido que não foi registada falta de água para as operações de combate ao incêndio ocorrido na data e local indicados. -----

----- Transporte de crianças: Informou que essa é também uma preocupação da Câmara e que já foi comunicado para a Rodoviária do Tejo esperando que a situação esteja já resolvida de vez. -----

----- Portugal 2020: Disse que existe um conjunto de projetos diversificado, desde o ciclo da água à regeneração urbana e ainda à contratualização no âmbito da CIMLT, e que por serem bastantes fará chegar a informação pormenorizada dos projetos em causa. Referiu ainda que se está a tentar integrar a requalificação da EN 114 num dos eixos do novo quadro comunitário em que as Infraestruturas de Portugal assumirão 50% da componente nacional e a câmara o restante da componente. -----

----- Revisão do PDM: Admitiu não ter, no momento, elementos suficientes para dar a informação e que estes serão posteriormente fornecidos, mas realçou a aprovação da REN Bruta e que a evolução deste processo tem sido lenta devido às exigências das entidades envolvidas. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Voltou a ler a versão final do Voto de Louvor à Equipa Olímpica e à Equipa Paralímpica (anexo 4) e colocou o assunto à votação. -----

----- Colocado a votação, o Voto de Louvor foi **aprovado por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto, como é lógico, e vem mais uma vez vincar uma aposta do concelho já há muitos anos e temos tido atletas olímpicos e outros participantes em comitativas olímpicas durante largos



anos, o que é único em termos de concelhos do país e queria deixar também uma sugestão: ainda há pouco falou-se das entidades a que seriam remetidas este voto de louvor, queríamos acrescentar também o Comité Paralímpico, já que faz parte da orgânica e do espectro olímpico.” -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Informação sobre a situação económica e financeira semestral do Município de Rio maior - 1º Semestre de 2016** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 5)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Relatório de Acompanhamento do PAEL – 2º Trimestre de 2016**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de um procedimento legal que é habitual e com o qual todos os membros da Assembleia Municipal estão já conhecedores, acrescentando que as medidas contratadas do âmbito do programa para implementação estão elaboradas e aprovadas à exceção da atualização da tabela de taxas do município. Disse ainda que algumas delas, embora já elaboradas e aprovadas, não foram ainda aplicadas por decisão executiva, já que configuram um aumento de custos para os munícipes. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 7 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Vera Alexandra Costa Simões, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Sobre este ponto já é conhecida a minha posição acerca do PAEL, continuo a considerar que foi um presente envenenado. Considerando que o PAEL se traduz num empréstimo contraído por esta maioria; considerando que a execução das medidas impostas, além de lesivas para os munícipes, designadamente o aumento da água e as outras taxas associadas à fatura da água, são da responsabilidade de quem contraiu tal empréstimo e acordo o Plano de Ajustamento Financeiro e o executou; e que este plano é o vosso e não o nosso, e o nosso seria seguramente outro, daí a nossa abstenção.” -----

----- **Ponto II – Lançamento da Taxa de IMI - 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, informando que a aplicação das seguintes taxas de IMI em todo o concelho são as seguintes: -----

----- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,38%; -----

----- Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112º do CIMI; -----

----- Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios urbanos rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono; -----

----- Não propor qualquer alteração a taxa de IMI prevista no n.º 6, 7 e 12 do artigo 112º do CIMI. -----

----- Redução da taxa do IMI a aplicar a prédio ou a parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo e seu agregado familiar, nos seguintes termos: 1 dependente a cargo – dedução fixa de 20 euros; 2 dependentes a cargo – dedução fixa de 40 euros; 3 ou mais dependentes a cargo – dedução fixa de 70 euros. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para realçar o esforço demonstrado por este executivo no sentido da redução relembrando que esta redução tem vindo a ser gradual admitindo que nos próximos anos ela possa ir até ao valor mínimo, ou seja, 0,30%, evidenciando as boas práticas de gestão dos últimos anos. Ainda sobre as boas práticas recuperou o relatório da análise financeira do 1º semestre para reforçar indicadores como a



redução da dívida no médio/longo prazo e a redução do prazo médio de pagamentos para 48 dias que evidenciam o bom trabalho deste executivo, demonstrando compromisso, rigor, responsabilidade e que será este o sentido que de alguma forma suporta e justifica esta redução da taxa do IMI. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que se trata de um tema que sempre defendeu e lembrou que a Assembleia Municipal se tem pautado pela reclamação da redução da taxa do IMI e daí que hoje estranhe que toda a oposição não tenha intervindo quando finalmente é satisfeita uma pretensão que muitos têm vindo a reclamar, assim como a própria o faz neste executivo e em executivos anteriores. Demonstrou a sua satisfação por esta baixa e deu os parabéns ao executivo porque embora não seja muito é um bom princípio, assim como a manutenção da taxa familiar. Disse estar certa que isto só foi possível dado o equilíbrio das contas do município e ao trabalho que este executivo teve para o conseguir e poder agora reduzir taxas. Realçou o facto de numa época em que o próprio governo pede para aumentar taxas o município venha baixar e que talvez tenha sido por isso que as restantes bancadas não tenham intervindo já que o governo que apoiam pretende agora vir a aumentar a taxa de IMI e encontrar uma sobrecarga da taxa do IMI de valores que ainda não se sabe. Afirmou ainda que a austeridade e abrandamento da carga fiscal que foi palavra dada, em seu entender palavra vã e não cumprida, foi puro engano eleitoral não se esquecendo que logo no início do mandato socialista começamos a ter também aumento de impostos. Questionou, por fim, o que pensará a oposição nesta Assembleia Municipal relativamente a esta sobretaxa do IMI ou o que pensará relativamente aos aumentos propriamente ditos do IMI com premissas que ainda não se conhecem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 7 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Vera Alexandra Costa Simões, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- “Relativamente a este ponto nós não votamos contra o abaixamento, toda a gente gosta que os impostos baixem um bocadinho, obviamente, razão pela qual nos abstivemos. E abstivemo-nos porquê? Porque efetivamente estamos a falar de uma taxa que era de 0,4% em 2015 e é proposta uma redução para 0,38%, ou seja, 0,02%, tendo em conta a atual situação económica e financeira da câmara, 1º semestre, com desempenho económico muito positivo, outra coisa não era de esperar atenta à recuperação económica nacional que está a ocorrer, penso que isto está em linha, no fundo, com a recuperação nacional mas aqui há um pormenor que efetivamente ajudou, e o ROC referiu isso, que foi o aumento da água, o aumento da água contribuiu efetivamente para esse aumento de receita. Portanto, a redução que é proposta no IMI é tão pouquinho, sabe a pouquinho, é reveladora de uma pouca ambição e é por isso que nós nos abstivemos.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Quería congratular o executivo por apresentar esta medida que acabamos de aprovar. Apenas apresentar uma nota de rodapé relacionada com este assunto: no dia de aprovação desta medida na câmara sai esta notícia no site com o título “Riomaiorenses vão pagar menos IMI”, título que desvaloriza o trabalho da Assembleia que consideramos essencial à estabilidade democrática, apesar da ressalva que é explicado no corpo da notícia.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Dizer que votei favoravelmente este ponto porque continuo nesta casa a ter o discernimento e a honestidade política para criticar quando o devo fazer e elogiar quando acho que devo elogiar, porque ainda assim, e ao fim de alguns anos deste serviço continuo a estar mais preocupado com Rio Maior e com os riomaiorenses do que com a opinião dentro do meu partido e se sou não bem visto dentro do mesmo.” --

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós abstivemo-nos por entendermos que seria possível e era necessário aplicar uma taxa mínima. É esta a razão da nossa abstenção. Façam juízos de valor, não façam conjeturas e tranquilizem-se, o namoro continua, tenham calma.” -----

----- **Ponto III – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2016** -----



----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, informando que a proposta é fixar a taxa da derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC relativo ao exercício económico de 2016; -----

----- Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2016 às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação; -----

----- Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2016 às empresas com volume de negócios inferior a 150 000€ que, durante esse ano, tenham criado, no mínimo, 2 novos postos de trabalho efetivos no concelho, conforme previsto no artigo 16º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Realçou que a redução da taxa de derrama sobre o lucro tributável, à semelhança do ponto anterior, é feita no seguimento do enquadramento legal do ano anterior quando foram também aprovadas reduções que se vão repercutir este ano. Lembrou que foi proposta sua, na Assembleia Municipal, aproveitar a possibilidade legal de descida da taxa de IMI em função do agregado familiar e da taxa da derrama no sentido que venha promover o incentivo à fixação de empresas, criação de novas empresas e de emprego. Disse estar surpreendido e que muito o entristece ouvir dizer que é pouco e votar-se contra, e que já anteriormente os deputados que tiveram esse sentido de voto se devem recordar como o fizeram e as declarações de voto que fizeram. Considerou que o que aqui transparece é uma gestão financeira coerente que possa desonerar o contribuinte e, por isso, há que congratular o executivo. Indicou o sentido de voto como favorável a esta medida. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Ponto IV – Taxa Municipal de Direitos de Passagem - 2017**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2017. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----



----- **Ponto V – Participação Variável no IRS de 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é fixar a taxa de participação de 4,8% sobre o IRS dos rendimentos de 2017. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor e 6 abstenções dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, Vera Alexandra Costa Simões, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em coerência com o os fundamentos do ponto anterior, atentos à evolução positiva do desempenho económico da câmara e aos resultados obtidos, por exemplo as coletividades não foram nada contempladas no ponto anterior e poderiam ter sido contempladas à semelhança de alguns concelhos vizinhos em 50% de redução de IMI, mas essa parte já passou, na questão da taxa de participação do IRS que se mantém exatamente igual ao anterior apesar realmente do reconhecimento e de alguma melhoria da situação económica e assim sendo poderia ser devolvido aos cidadãos um pouquinho mais que 0,2%, porque a taxa máxima é 5%, daí a nossa abstenção.” --

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor António Fróis Rafael – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Intervio, em representação dos “Amigos pela Paz - Rio Maior”, para agradecer o apoio de todos os intervenientes nas comemorações do Dia Mundial da Paz, realizado em parceria com a Câmara Municipal, e que considerou muito gratificante. Congratulou-se também pela assinatura da declaração de compromisso “Pledge to Peace” por diversas entidades entre elas o Município de Rio Maior. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____